

# **As ideias ortográficas de José de Urcullu no Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna (Porto 1835-1839)<sup>1</sup>**

*José de Urcullu's orthographic ideas in the Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna (Oporto 1835-1839)*

Sónia Duarte

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal  
duarte.sonia@sapo.pt

Recebido: 15/06/2025

Aceito: 26/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** O basco José de Urcullu Baterruri (Hamburgo 1787? - Porto 1852) é um autor polígrafo ainda pouco estudado, embora, mais recentemente, os seus trabalhos tenham merecido certa atenção e visibilidade, com especial foco no seu contributo para o conhecimento das línguas peninsulares e para o aprofundamento das relações intraibéricas (Brumme, 2006; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015; Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021). Posicionando-se dentro do quadro teórico e metodológico da historiografia linguística, este estudo pretende dar continuidade a essa linha de abordagem, partindo da obra em análise, para expor as ideias que nela se veiculam acerca da ortografia da língua portuguesa e enquadrá-las, bem como a controvérsia a que deram origem, no panorama mais geral das ideias ortográficas em Portugal no século XIX. Dar-se-á especial ênfase ao debate que, na construção da norma ortográfica, se desenvolveu em torno da opção por um critério fonético ou etimológico. O principal propósito do presente artigo consiste em trazer à luz o contributo de Urcullu (o qual tem sido grandemente esquecido), aferir a sua importância e repercussão, sublinhar o seu significado no que concerne às relações linguísticas ibéricas, e apontar pistas para investigação futura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística; José de Urcullu; Ortografia do século XIX.

**ABSTRACT:** The Basque José de Urcullu Baterruri (Hamburg 1787? - Porto 1852) is a polygraph author who has still been little studied, although, more recently, his works have received some attention and visibility, with special focus on his contribution to the knowledge of peninsular languages and to the deepening of intra-Iberian relations (Brumme, 2006; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015; Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021). Positioned within the theoretical and methodological framework of linguistic historiography, this study aims to continue that line of approach, focusing on the work under

---

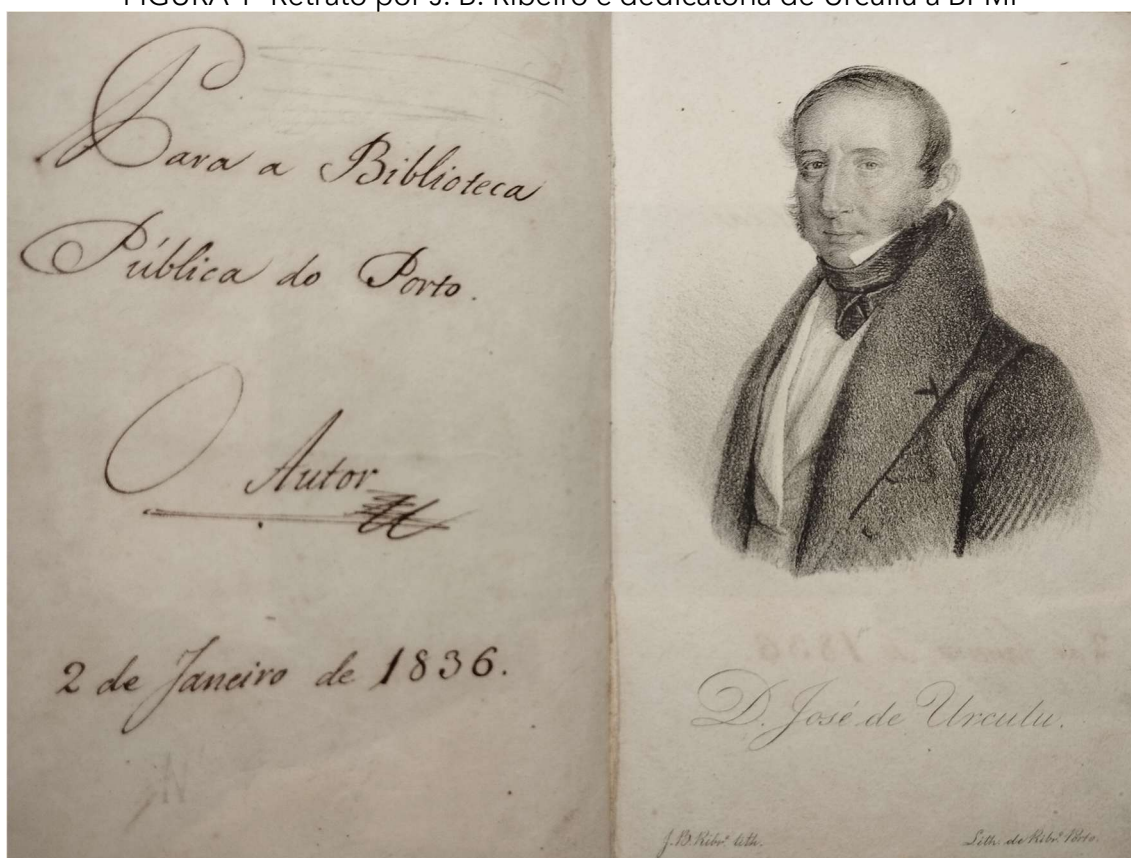
<sup>1</sup> Trabalho originalmente apresentado ao CLUP'23 - Congresso Bienal do Centro de Linguística da Universidade do Porto, subordinado ao tema "Identidade, memória, herança e diversidade: Compreender o papel do português no mundo" (2 - 4 de novembro 2023), e financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020/DOI: 10.54499/UIDB/00022/2020). Agradeço a Victoriano Gaviño Rodríguez a disponibilização do seu artigo para a redação deste estudo.

analysis, to present the ideas conveyed therein about the orthography of the Portuguese language and to frame them, as well as the controversy to which they gave rise, within the more general panorama of orthographic ideas in Portugal in the 19th century. Special emphasis will be placed on the debate that, in the construction of the orthographic norm, developed around the option for a phonetic or an etymological criterion. The main aim of the current essay is to shed light on Urcullu's linguistic contribution (which has been largely overlooked), to measure its importance and repercussion, to highlight its significance concerning Iberian linguistic relations and to point out avenues for future research.

**KEYWORDS:** History of Linguistics; José de Urcullu; 19th century orthography.

## 1. O autor

FIGURA 1- Retrato por J. B. Ribeiro e dedicatória de Urcullu à BPMP



Fonte: Urcullu (1835, folha de guarda)

O basco José de Urcullu Baterruri (Hamburgo 1787? - Porto 1852) é autor de uma obra polifacetada cujo contributo para os estudos linguísticos tardou em obter a atenção merecida. De há alguns anos a esta parte, no âmbito da historiografia linguística, especialmente no da historiografia das línguas peninsulares, contam-se já alguns

trabalhos a suprir essa lacuna (Brumme, 2006; Villoria Prieto, 2008<sup>2</sup>; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015, Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021) e a trazer alguma luz sobre a vida e obra do autor, até mesmo sobre alguns dados básicos que se encontravam ora desconhecidos, ora incertos.

No que toca à sua biografia<sup>3</sup>, é de destacar a sua carreira militar e o exílio, por razões políticas, em Inglaterra e em Portugal. A sua ligação a Portugal está sobretudo associada à cidade do Porto, por via do matrimónio, em 1821, com Margarida Elisa Allen (1800-1871), prima do conhecido comerciante portuense João Allen (1781-1848)<sup>4</sup>, a quem vai dedicada a obra em estudo, como é visível na folha de rosto da mesma. Foi no Porto que ficou a residir o autor basco, de 1822 até à sua morte.

Embora o seu trabalho no campo linguístico não seja o que tem merecido mais atenção, é este que aqui queremos abordar, começando por referir que parece ter sido o mais prolífico escritor e tradutor de obras didáticas para a casa editorial Ackermann, em Londres, segundo informação recolhida em Gaviño Rodríguez (2017, pp. 121-122) via Llorens (1979 [1954])<sup>5</sup>. Da sua atividade como tradutor trata ainda Cao Míguez (2021).

Entre o seu contributo para os estudos linguísticos, é a sua atividade como gramático aquela que tem merecido mais atenção, com especial destaque para a sua *Gramática Inglesa* (Londres 1825). A obra, orientada para o público espanhol, contou com 31 edições ao longo do século XIX (uma delas no Porto), conforme se recolhe em Gaviño Rodríguez (2017, pp. 125-126). O autor publicou ainda uma versão para o público português, com 3 edições oitocentistas<sup>6</sup>. O seu trabalho serviu de modelo a outros gramáticos seja fora de Portugal, como Fayette Robinson, que o explicita no título da sua gramática do espanhol, publicada em Filadélfia-Baltimore, em 1867<sup>7</sup>, seja em território luso, como Nicolau Peixoto, na sua gramática espanhola, publicada no Porto, em 1848,

---

<sup>2</sup> Não foi, contudo, possível aceder a este trabalho.

<sup>3</sup> Para esta matéria, serviram de referência os trabalhos de Beechey (1856); Silva & Aranha (2001[1858-1923]; Llorens (2006[1954]); Allen (2018); Duarte (2018); Cao Míguez (2021). Este último constitui a mais completa atualização de informação desta natureza.

<sup>4</sup> Sobre a ligação a João Allen e ao seu projeto museológico organizou a Universidade do Porto uma exposição, em cujo catálogo se inclui um trabalho especificamente sobre a relação entre João Allen e o autor em estudo (Duarte 2018).

<sup>5</sup> Não foi possível aceder diretamente a este trabalho.

<sup>6</sup> Delas e do seu confronto com a edição para espanhóis trata Duarte (2010, 2014)

<sup>7</sup> *Grammar of the Spanish language, based on the system of D. José de Urcullu: also the reference to the publications of the Academy of Spain, the works of Hernández and Josse, and the compendium of don Agustín Muñoz Álvarez, of the college of Seville. According to the seventh Paris Editions of Urcullu's work.*

como se desenvolve em Duarte (2008, pp. XIII-XIV). Confirmam ainda o impacto da obra a Ordem do Conselho Superior d' Instrução do Reino, datada de 20 de novembro de 1852, para a sua adoção nas "Escolas Primarias publicas e particulares; e bem assim para uso das de ensino secundario e superior", publicada na folha de guarda da terceira edição da *Gramática Inglesa* de Urcullu (1853) (*apud* Cao Míguez, 2021, p. 365) ou as acusações por plágio contra Constâncio (Duarte, 2010, p. 149; Cao Míguez, 2021, pp. 364-365).

Não obstante este investimento mais recente na dimensão linguística da obra deste autor, o seu contributo para este campo em obras que não são dessa mesma natureza não foi suficientemente explorado. Aqui tentar-se-á dar-lhe visibilidade através do estudo da sua proposta ortográfica para o português, contido no *Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política* (Porto 1835), do qual se consultou o exemplar conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto e oferecido à mesma pelo autor, conforme atesta dedicatória inscrita no primeiro volume da obra (v. Figura 1).

## 2. O *Tratado*

A obra em questão teve, à época, uma projeção considerável, segundo atesta Silva (1858-1958, t. V, p. 149), com suporte na imprensa da altura. A própria obra recolhe, entre os seus textos introdutórios, anúncios e notícias de publicação do *Tratado* na imprensa nacional e internacional. Outro exemplo ainda mais relevante para o efeito, são, não as notas elogiosas, mas as críticas que recebeu, logo no ano de publicação do seu primeiro volume (1835), por parte de Francisco de São Luís, ou Cardeal Saraiva (1766-1845), e no quadro, precisamente, da ortografia, como adiante se desenvolverá, a propósito da receção da obra. De momento, o que importa observar é que, não obstante essa notoriedade e a sua longevidade no tempo, o contributo linguístico da obra escapou ao *corpus* dos trabalhos de referência que oferecem uma visão de conjunto da história da teoria ortográfica em Portugal (Kemmler, 2001; Gonçalves, 2003) ou de trabalhos que estudam as relações entre a ortografia portuguesa e espanhola (Duarte, 2017), nos quais o *Tratado* não se encontra sob foco<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Dos estudos aqui referidos, apenas o de Gonçalves (2003) faz referência ao autor basco. Da informação aí recolhida também se dará conta, mais adiante, na secção relativa à receção da proposta do autor basco.

A obra em estudo consta de três volumes: vol. I: Porto, 1835; vol. II: Porto, 1837; vol. III: Porto, 1839. Para este trabalho, o foco incidirá sobre o primeiro volume, pois é nele que se desenvolvem as ideias ortográficas e, mais concretamente à margem do corpo do texto, em três paratextos teóricos, a saber:

- *Fundamento da Ortografia adoptada n' esta obra* (p. IX);
- *Memoria sobre a necessidade e a utilidade de algumas reformas na ortografia da língua portugueza* (pp. IX-XX);
- *Parecer da Comissão encarregada do Projecto para uniformar a ortografia dos Escritos d'esta sociedade* (pp. XX-XXIV).

Este estudo incidirá sobre estes três escritos, não obstante o próprio texto do *Tratado* constituir assumida e intencionalmente<sup>9</sup> uma amostra linguística da proposta ortográfica neles contida, ainda que com concessões tipográficas.

## **2.1. Fundamento da Ortografia adoptada n' esta obra**

O primeiro destes textos, não atinge sequer uma página de extensão e cumpre fundamentalmente dois objetivos, entre os quais o primeiro é oferecer uma declaração de princípios quanto ao posicionamento ortográfico do autor no quadro do debate que, iniciado no século XVIII, se intensifica, durante o século XIX, quanto à norma a seguir e os critérios que a devem presidir e que Kemmler (2001) e Gonçalves (2003) desenvolvem nos seus trabalhos, expondo o confronto entre os que defendem uma grafia assente num critério predominantemente etimológico e os que, pelo contrário, propõem uma grafia de base fonética. Entre estes dois polos, o autor declara-se a favor “d'hum sistema de ortografia mais filosófico” (Urcullu, 1835: p. 9), da conciliação dos critérios da “razão com

---

<sup>9</sup> Em nota inscrita após o termo do texto da *Memoria*, o autor esclarece o seguinte: “como a presente obra começou a imprimir-se pouco tempo depois que a Comissão deu este Parecer, eu adoptei na totalidade as doze regras acima enunciadas para ser o primeiro em dar o exemplo. A regra décima é a única que não tem sido posta em prática, porque requeria um grande número de letras com a diéresis ou os dous pontos, e o Impressor que não estava preparado para isso não as tinha. Podia-se em parte obviar a este inconveniente escrevendo, como em espanhol, com as palavras *elocuente*, *frecuente*, *consecuencia*, &c. Se algumas palavras não estão escritas segundo o espirito das regras acima mencionadas, deve-se attribuir mais bem a erro de imprensa, que a inconsequencia da parte do autor” (Urcullu, 1835, XXIV). Sobre as regras aqui aludidas, cf., mais adiante, a Tabela 2.

o uso” (Urcullu, 1835: p. 9) e reivindica as “reformas ortográficas que a filosofia e o espírito do século reclamam” (Urcullu, 1835: p. 9). Sublinhe-se a simpatia pelo sistema filosófico, o qual, com esta designação, como esclarece Gonçalves (2003, p. 301), foi exposto por João Crisóstomo de Couto e Melo, na sua *Ortografia Filosófica da Linguagem Portuguesa* (Lisboa 1818) e assenta numa “base fonetizante e simplificadora, caracterizada pela supressão de todos os grupos consonânticos greco-latinos, das geminadas latinas [...] e das consoantes mudas [...], sendo apenas grafadas as unidades articuladas, vale dizer, dotadas de correspondência fónica” (Gonçalves, 2003, p. 301).

O segundo objetivo que cumpre este texto é justificar a inclusão de material ortográfico precedendo o corpo de uma obra de diferente natureza, nomeadamente a *Memoria* e o *Parecer* apresentados à Sociedade Literaria Portuense (SLP)<sup>10</sup>, da qual Urcullu era membro.

## **2.2. Memoria sobre a necessidade e a utilidade de algumas reformas na ortografia da língua portuguesa**

O mais extenso dos três textos é datado de 15 de março de 1834, vai assinado por José de Urcullu e constitui uma intervenção do próprio, numa das sessões da SLP. Segundo nos dá conta o autor no texto do *Fundamento* (1835, p. IX), na sequência deste seu discurso, houve um aceso debate ao longo de algumas sessões da SLP, em resultado do qual se procedeu à formação de uma Comissão proposta no termo da própria *Memória*, com o fito de estabelecer uma norma ortográfica para uniformizar as regras dos textos publicados por esta instituição, decisão essa que vem a ser parcialmente concretizada através do *Parecer*, de que a seguir se tratará. A Comissão formar-se-á para o efeito e apresentará uma proposta, mas da sua adoção pela SLP e uniformização da grafia em conformidade, não se conhecem evidências; havendo, antes, indícios em sentido contrário.

---

<sup>10</sup> O título da Sociedade foi até 28 de fevereiro de 1835, *Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*; a partir dessa data, os estatutos, então revistos e publicados, alteram o nome da sociedade, passando a chamar-se *Sociedade Literaria Portuense* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 191]). Já era, aliás, assim designada no cabeçalho do seu *Repositório* desde o n.º 12, datado de 1 de abril de 1835. Com o título completo, *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, esta revista quinzenal, fundada por José Ferreira Borges e João Pedro Ribeiro, foi o órgão oficial da Sociedade, entre 15 de outubro 1834 e 15 de outubro de 1835.

Efetivamente, no já referido *Parecer*, propõe-se o seguinte: “no cazo d’estas ou quaesquer outras regras serem adoptadas, a Comissão propoem qu’elas se publiquem em frente de seus anais, para d’este modo serem julgados os seus escritos na parte ortográfica” (Urcullu, 1835, p. XXI). Contudo, não há registo de ter havido tal publicação.

Acresce que o *Repositorio*, cujo primeiro número sai à luz em 15 de outubro de 1834, não recolhe nem ao texto da *Memoria*, nem do *Parecer*, e, no n.º 22 (1 de setembro de 1835), anuncia-se a suspensão da publicação a partir do n.º 24 (1 de outubro de 1835), sem que a proposta ortográfica de Urcullu tenha tido nela projeção. Como aí se expõe, dado que a instituição

“esteja na intenção d’alterar a forma do seu Periodico, procurando melhora-lo quanto caiba em suas forças, dando-lhe talvez mais latitude, ou introduzindo-lhe matéria que haja de attrahir-lhe mais leitores, satisfazendo por este modo aos fins da sua instituição, que é o da difusão da literatura; ela se vê na precisão de suspender com o ultimo N.º, a publicação do *Repositorio*, destinando-se no mez d’ Outubro, Novembro, e Dezembro a fazer aqueles preparativos e arranjos indispensáveis, tanto pelo que respeita á redacção como á forma typographica, que deseja também melhorar muito, e começa de novo ao mês de Janeiro do anno seguinte, tempo em que igualmente começa o anno económico da Sociedade, com a publicação do seu Periodico” (Herculano & Pinto, 1834-1835, p 167, itálico meu).

Como, aliás, evidencia a amostra ortográfica que constitui esta passagem, a instituição, contrariamente ao proposto pela Comissão que Urcullu integrou, tão-pouco adota as propostas ortográficas daquela. Não obstante, a referência a mudanças de redação e tipografia, permite colocar a hipótese de que tal tenha vindo a acontecer posteriormente<sup>11</sup>. O certo é que os novos estatutos publicados em 1835, não registam qualquer deliberação a respeito da ortografia a seguir, nem assumem, na prática, a proposta de Urcullu.

Do exposto pelo autor, começemos por salientar a autoperceção da fragilidade da proposta que apresenta, e que decorre, em primeiro lugar, da previsível resistência à sua condição de estrangeiro e conseqüente questionamento da sua legitimidade para o efeito.

---

<sup>11</sup> Teria sido oportuno aferir da norma ortográfica adotada no *Repositorio*, a partir de janeiro, contudo tal estudo, por condicionamentos de acesso à Biblioteca Pública Municipal do Porto, por motivo de obras de requalificação e ampliação, não pôde ser desenvolvido a tempo da publicação deste artigo.

Parecerá temeridade que um estrangeiro se proponha introduzir reformas, ortográficas. Porem esta idea desaparecerá tendo presente que no paiz da literatura não ha estrangeiros: todos gozam dos mesmos direitos: todos podem aspirar ás mesmas distinçõins; todos sam cidadãos d'uma mesma republica[\*]; o objecto dos seus trabalhos é ou deve ser a utilidade pública (Urcullu, 1835, pp. IX-X)<sup>12</sup>.

Outro factor adverso de que Urcullu tem consciência é o da tendência conservadora que, na linguagem e na vida, se sobrepõe quando há propostas de mudança.

Não tenho a presunção de pensar que as reformas que vou sugerir seram imediatamente aceitas. Conheço o imperio da preocupação, sei qual é a força do hábito, nam se me oculta o poder seductor da rutina na maior parte dos homens, poder que sempre está em guerra com toda classe de reformas (Urcullu, 1835, p. X).

Outra dimensão que aqui se avança é a das motivações. O autor refere a necessidade de contrariar a disparidade de critérios num mesmo território (Urcullu, 1835, p. X), fazendo contraponto com situação ortográfica entre os ingleses, franceses e espanhóis.

Defende ainda a legitimidade acrescida por parte de uma coletividade ou agremiação científica (em detrimento de um autor individual), para levar a cabo a tarefa de fazer sair à luz um tratado de ortografia e promover a uniformização ortográfica a partir dessa publicação (Urcullu, 1835, pp. X-XI).

No plano da exposição teórica, destaca-se a declaração de princípio contrária à etimologia e a afirmação expressa do critério da pronúnciação (em detrimento do critério etimológico e da autoridade).

Assentados estes principios vou expôr o motivo que me tem induzido a propôr um novo sistema ortográfico, declarando-me abertamente inimigo da etimologia (Urcullu, 1835, p. X).

Desapareça pois o empirismo dos etimologistas, e o monopolio que eles querem fazer sobre o modo de pintar as palavras (Urcullu, 1835, p. XVI).

---

<sup>12</sup> Em nota, marcada com asterisco, o autor remete para a autoridade de Napoleão Bonaparte, em suporte dos argumentos apresentados em sua defesa: "tous les hommes de génie, et tous ceux qui ont obtenu un rang dans la république des lettres, sont frères, quel que soit le pays qui les ait vus naitre. – Lettre de Bonaparte au Citoyen Oriani, au quartier général à Milan, le 24 Mai 1796" (Urcullu, 1835, X, n.\*).

Nesta exposição o autor alude ainda a preocupações didáticas de simplificação que a proposta serviria, bem como ao foco nos que menos sabem: “os doctos só estranharão a novidade, a qual ha de merecer a sua aprovação, se meditam o muito que contribue a simplificar a arte de ler, e a fixar a escrita” (Urcullu, 1835, p. XVII).

Na sua argumentação, o autor apresenta a norma ortográfica espanhola (orientada pelo critério da pronúnciação), como modelo a seguir, sustentando essa posição com base, precisamente, na afinidade histórica entre as duas línguas: “se a lingua castelhana, filha da latina, tem sacudido o jugo da etimologia, a portugueza que reconhece a mesma mai pode fazer outro tanto” (Urcullu, 1835, p. XIX).

Da tradição espanhola<sup>13</sup> vêm ainda referentes teóricos: entre os autores e obras de referência está a *Arte del Romance Castelhana* (Valencia 1769) de Benito de San Pedro, citada numa epígrafe inicial que expõe o correlato entre som e grafia (San Pedro, 1769, p. 177): “la escritura por sus letras representa la voz; i asi deven concordar entre si la voz i la escritura. Arte dsl [sic] Romance Castelhana. Valencia 1769” (Urcullu, 1835, p. IX).

Outro texto que serve de modelo a Urcullu é a *Ortografia* da Real Academia Española (RAE), que figura em lugar destacado, logo em epígrafe inicial, e da qual o autor adota como referente a definição de ortografia, marcada pela subordinação ao critério da pronúnciação.

#### Definição da Ortografia

“A Ortografia, diz a Academia Espanhola [\*], é a que aperfeiçoa as linguas, conserva a sua pureza, assignala a verdadeira pronúnciação e significado das vozes, e declara o ilegitimo sentido do escrito, fazendo que a escrita seja um depósito fiel e seguro das leis, das artes, das ciencias, e de tudo quanto discorreram os doctos, e os sabios em todas as profissoins, e deixaram encomendado á posteridade para a universal instrucção e ensino” (Urcullu, 1835, p XI)<sup>14</sup>.

Recorre ainda ao espanhol para ilustrar opções ortográficas concretas (Urcullu, 1835, pp. XVII-XIX, XXIV) como o uso de <G>, <C>, <CH>, <Y/I >, de letras dobradas e

---

<sup>13</sup> Para uma visão panorâmica sobre a codificação ortográfica do espanhol no século XIX, cf. Alcalde (2010, pp. 61-64).

<sup>14</sup> Em nota marcada com asterisco, o autor remete para a 9ª edição da *Ortografia* da RAE (Madrid 1820). O texto académico original é o seguinte: “Ortografia es el arte de escribir rectamente y con propiedad. Sus partes principales son dos. La primera que trata del oficio y uso de las letras, y la segunda de los acentos, puntos y notas, por cuya falta se altera el verdadero sentido de lo escrito [...]. (RAE, 1820, [p. 1]).

de outros grupos consonânticos (<TH>, <CÇ>, <CC>, <CT>, <GM>, <PC>, <PS>, <PT>) e na solução alternativa ao uso da diérese. Para certos casos, chega mesmo a propor “escrever como em espanhol” (Urcullu, 1835, p. XVIII), e descreve, nos seguintes termos, pontos de identidade entre as duas línguas: (Urcullu, 1835, p. XVII, n.\*): “pronunciamos (...) á castelhana”; pronunciamos (...) segundo a mesma língua (espanhol)”.

Finalmente, para além dos textos já referidos, a *Memoria* permite ainda recolher outros referentes teóricos explícitos, sistematizados na Tabela 1:

TABELA 1 - Modelos teóricos citados

<b>Aproximação</b>	<b>Afastamento</b>
Benito de San Pedro, <i>Arte del romance Castellano</i> (Valencia 1769)	Madureira Feijó, <i>Orthographia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza</i> (Lisboa 1734)
Real Academia Española, <i>Ortografía de la lengua castellana</i> (Madrid 1820)	António de Moraes Silva, <i>Dicionário</i> (Lisboa 1789)
Nicolas Beauzée, <i>Encyclopédie Méthodique</i> (Paris 1784)	Rodrigo Ferreira da Costa, <i>Memoria</i> , in <i>Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa</i> (Lisboa 1823)
Academia dos Generosos (1705) <sup>15</sup> .	
Juan de Iriarte, <i>Gramatica Latina</i> (Londres 1826)	
Teodoro d' Almeida <sup>16</sup>	

(Fonte: elaborado pela autora)

Destaca-se, apesar da referência ao sistema filosófico, a ausência de menção a Couto e Melo e à sua ortografia filosófica.

O texto termina com a formulação da proposta de formação de uma Comissão para elaboração de um parecer ortográfico que pudesse responder às preocupações aqui expostas.

#### *Proposta*

Em vista de quanto fica exposto, proponho, que seja nomeada uma Comissão, a qual tomando em consideração esta Memoria presente a esta Sociedade as regras de ortografia pelas quais se deverão governar os seus individuos,

<sup>15</sup> Embora remeta para uma prática ortográfica inaugurada por esta Academia em 1705, o autor não explicita qualquer referência bibliográfica.

<sup>16</sup> Urcullu alude a um ensaio da autoria de D. Teodoro d' Almeida, mas não explicita a referência bibliográfica. É possível que se refira a *Dous artigos sobre o systema preferível na Orthografia Portugueza, defendendo a opinião de que a escripta deve ser em tudo conforme á pronuncia assignados por um conimbricense*, publicados no *Jornal Encyclopédico*, nos cadernos de março de 1789 e janeiro de 1790, e elencados por Gonçalves (2003, p. 938), a partir de uma referência de Inocêncio Silva, *apud* Simão Cardoso, na sua *Historiografia Gramatical* (1985).

uniformando assim a ortografia dos escritos da mesma Sociedade, e que as regras que se estabeleçam estejam emancipadas da autoridade da etimologia, e ao alcance dos menos doctos. A época em que se estão a fazer em todas as partes tantas reformas políticas, religiosas, e d'estudos, é a mais oportuna e favoravel para dar impulso ás que eu proponho n'esta Memoria (Urcullu, 1835, p. XX).

### **2.3. Parecer da Comissão**

O último dos três textos encontra-se datado de 5 de julho de 1834 (entre 3 e 4 meses depois de ter sido proposta a sua redação) e, para além de José de Urcullu, os seguintes nomes integravam a Comissão que o assinou:

- Pedro Antonio Soares Veloso: segundo o registo dos sócios publicado no *Repositorio* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 196]), era médico e sócio efetivo da *Sociedade de Sciencias Medicas e de Literatura*;
- Antonio José Dias Guimarães: segundo registo dos sócios publicado no *Repositorio* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 195]), era bacharel formado em Leis, conselheiro da Prefeitura do Douro e sócio efetivo da *Sociedade de Sciencias Medicas e de Literatura*.

No que à proposta ortográfica concreta se refere, é no texto do *Parecer* que se consolida a exposição teórica propriamente dita. Aí se propõem doze regras, ilustradas no texto do *Tratado*, conforme se expõe na Tabela 2.

TABELA 2- Regras de ortografia propostas

<b>Indicação</b>	<b>Descrição</b>
Regra I (p. XXI)	Nomes de ciências e artes: critério etimológico.
Regra II (p. XXI)	Onomástica importada: respeito pela grafia original.
Regra III (p. XXII)	Consoantes duplas: simplificação.
Regra IV (p. XXII)	<H> surdo: supressão.
Regra V (pp. XXII-XXIII)	Terminação em ditongo nasal (3ª pessoa verbal): <-AM> (com exceção do futuro <-ÃO> ).
Regra VI (p. XXIII)	Terminação no plural: <-AL> → <-AIS>; <-ÃO> → <-OINS/-AINS>.
Regra VII (p. XXIII)	Terminações <-EO>; <-IU>: grafia variável de acordo com a duração das vogais: <-EO>/ <-EU>; <-IU>/ <-IO>.
Regra VIII (p. XXIII)	Terminação <-ÃO>: → <-AU> (exceção no caso de contração com o artigo: <-AO>).
Regra IX (p. XXIII)	Sibilante sonora intervocálica: <Z>.
Regra X (p. XXIII)	Marcação do hiato: recurso à diérese.
Regra XI (p. XXIII)	Palavras esdrúxulas: acentuação.
Regra XII (p. XXIII)	Casos omissos: de acordo com a grafia do dicionário de Moraes (1789).

(Fonte: elaborado pela autora)

As regras incidem na grafia de determinado léxico, na simplificação de consoantes duplas, na supressão do <H> surdo, na grafia de determinadas terminações, na grafia da sibilante sonora, na marcação de hiato e na acentuação das esdrúxulas. Observe-se que a Comissão, adverte, contudo, para limitações de algumas dessas regras, nomeadamente no que concerne às regras I e II (com restrições, no caso de <PH>, <TH>, <Y>, <CH> (Urcullu, 1835, p. XXII)) e à regra X (por indisponibilidade de caracteres para as vogais com diérese, por parte do impressor (Urcullu, 1835, p. 24)).

Saliente-se, ainda, que a Comissão faz preceder estas regras de uma declaração de princípio, defendendo a conciliação com o critério do uso, em certos casos.

Sobre o grau de desenvolvimento e radicalismo da proposta, bem como sobre as vantagens da uniformização da norma ortográfica, o autor afirma o seguinte:

Poderia estender-me ainda mais sobre outras reformas não menos uteis e necessarias que as que precedem: porém é preciso ter presente que nao me proponho dar aqui um tratado completo d'ortografia. D'outro lado, não sou d'opinião que todas as reformas se façam de repente, porque de qualquer classe que elas sejam, é preciso que a prudencia caminhe *pari passu* para serem bem acolhidas. Assim mesmo a experiencia diaria nos faz ver quanto é dificultozo vencer os hábitos inveterados com os quais vivem os homens em boa companhia, sem que queiram tomar o trabalho d'examinar as vantagens que poderiam resultar de seguir um modo de obrar oposto ao seu sistema ordinario, e que muitas vezes nace de habitual indolencia. Sirva isto de resposta aos que exigirem de mim uma reforma radical ortográfica (Urcullu, 1835, p. XIX).

Julgou pois a Comissão que adoptando um *justo meio* que concilia-se a razão com o uzo, e a urgencia d'um trabalho rápido, e apoiada nos argumentos dos dignos membros que ventilavam as guestoins relativas á ortografia , poderia propôr as regras seguintes, segundo as quais fossem filologicamente uniformados aqueles escritos que tiverem que publicar-se em nome da Sociedade, a fim de que a sua ortografia não fique exposta ás fluctuaçoins do capricho de cada contribuinte, nem tampouco d'um censor nomeado para uniformá-los, mas ás regras adoptadas, que todos os membros d'esta Sociedade nos comprometemos observar (Urcullu, 1835, p. XXI).

### 3. A receção da proposta

Que os textos em estudo deram lugar a reacções enfrentadas é algo de que eles mesmos deixam rasto. Em primeiro lugar, está a referência contida no *Fundamento*, relativamente ao impacto que teve a *Memoria* proferida pelo autor e à controvérsia que gerou.

A leitura d' esta Memoria, deu lugar em algumas das Sessoins posteriores a eruditos e renhidos debates uns em contra, e outros a favor da doutrina que ela encerra, cujo resultado final veio a ser que se nomeasse uma Comissão de três indivíduos para que apresentasse um projecto para uniformar a ortografia dos escritos da dita Sociedade (Urcullu, 1835, p. IX).

Os textos atestam, igualmente, a consciência, por parte do autor, dos fatores adversos à proposta e aos quais, já aqui se aludiu: i) a sua condição de estrangeiro/falante de português como língua estrangeira; ii) a novidade da proposta (Urcullu, 1835, pp. X, XIX).

Conforme é sistematizado na *Memoria*, na secção "Resposta a algumas objecçoins" e nas duas secções subsequentes que a complementam diretamente (Urcullu, 1835, pp. XIII-XVI), o autor dá, ainda, conta de um grupo significativo de detratores da sua proposta – sem, contudo, os nomear<sup>17</sup> –, bem como das reservas daqueles, mas, sobretudo, dos principais argumentos que sustentam a sua posição face às críticas: a arbitrariedade e subjetividade de juízos impressionistas sobre a beleza ou fealdade das opções ortográficas; a anacronia do critério etimológico; o suporte das autoridades; a maior simplificação relativamente ao sistema misto.

---

<sup>17</sup> "Não faltam pessoas que se declaram contra [...]" (Urcullu, 1835, p. XIII).

TABELA 3 - Argumentação esgrimida em torno da proposta da Comissão

<b>Contra</b>	<b>A favor</b>
<u>Estranhamento</u> “[...] que parecem <i>feias</i> , que <i>ofendem á vista</i> ” (p. XIII).	<u>Consistência de critério</u> “[...] como se uma letra pudesse parecer formosa em certas combinações, e disforme em outras!” (p. XIII).
	<u>Novidade e modernidade da grafia</u> “Todas essas expressões, se tem algum sentido, só significam que a prática que se trata de reprovar com elas é nova” (p. XIII).
<u>Carência de modelos com autoridade</u> “[...] Não levam consigo o peso da autoridade” (p. XIII).	<u>Sustentação em modelos de autoridade<sup>18</sup></u> M. Beauzée (1789) (p. XIV-XV); D. Teodoro de Almeida: (p. XV); Moraes e Silva (1798) (p. XV); Rodrigo Ferreira da costa (1823): p. XVI.
<b>Contra</b>	<b>A favor</b>
	<u>Simplificação didática das regras</u> “[...] defendem por um amor proprio mal entendido, ou por uma preguiça mal dissimulada, aquilo mesmo que sabem é um obstáculo para aprender rapidamente a ler e escrever nas escolas” (p. XVI).

(Fonte: elaborado pela autora)

A este respeito, veja-se a imagem com que encerra a secção de defesa expressa da proposta, ilustrando a crítica aos adeptos da grafia etimológica através de um paralelismo com os que se opõem à industrialização e ao progresso:

[...] eu comparo os etimologistas com aqueles que se opoem ás máquinas de vapor, aos caminhos de ferro, ao ensino Lancasteriano, e Hamiltoniano, e a quanto pode facilitar a mão d’ obra e economizar o tempo. Metidos n’um labirinto de contradições com os mesmos princípios que estabelecem, a pesar de conhecerem as vantagens que resultam d’um sistema simples d’ortografia, defendem por um amor proprio mal entendido, ou por uma preguiça mal dissimulada, aquilo mesmo que sabem é um obstáculo para aprender rapidamente a ler e escrever nas escolas (Urcullu, 1835, p. XVI).

Apesar de a *Memoria* não nomear os seus críticos, há rasto externo dessa crítica, como regista, um século depois, Artur de Magalhães Basto (1894-1960), professor de História da primeira Faculdade de Letras do Porto, numa publicação sua de 1952, no jornal *Primeiro de Janeiro*, onde recolhe fragmentos de uma carta de Francisco de São

<sup>18</sup> Para esta tabela, consideraram-se apenas as referências teóricas mencionadas na secção “Resposta a algumas objecções”. O conjunto das referências recolhidas no texto da *Memoria* encontra-se sistematizado na Tabela 1.

Luís, ou Cardeal Saraiva, datada de 23 de fevereiro de 1835 (precisamente o mesmo ano da *Memoria*) e na qual Francisco de S. Luís se pronuncia contrariamente à proposta ortográfica de José de Urcullu, não obstante assumir desconhecer o texto que lhe dá corpo.

Sei que ha hum Tratado de Geografia de D. José Urcullu, mas não o vi ainda; por que querendo compralo, aconselharão-me que o não fizesse, porq. não tinha merecimento algum distinto. Consequentemente não posso fazer juizo das reflexões que elle faz sobre orthografia, nem da censura que faz à que nós seguimos. Parece-me que a orthografia etymologica tem suas vantagens (S. Luís, 1835, *apud* Basto, 1952, p. 1).

Francisco de S. Luís, reconhecendo as limitações que essa circunstância impõe à formulação de juízos linguísticos sobre a proposta de Urcullu, procede não à crítica da mesma, mas do seu enquadramento doutrinal, a partir do lado que escolhe ocupar no enfrentamento que se desenvolve, no século XIX, entre os adeptos da grafia etimológica e os da grafia fonética, e que corresponde ao lado contrário ao de Urcullu. Deste debate tratam Kemmler (2001, pp. 251-253) e Gonçalves (2003, p. 235), sendo que ambos os autores dão conta da profusão de textos metaortográficos deste período e da dificuldade de recolher com exaustividade a produção textual que alimenta o debate ortográfico.

No que concerne ao reconhecimento de Urcullu entre os ortógrafos seus coetâneos que partilhavam os mesmos princípios reformistas em favor de uma ortografia fonética, não há pistas no *corpus* de ortografias oitocentistas estudado por Duarte (2017), mas, em Gonçalves (2003, p. 325), adverte-se para uma referência ao autor basco, por António Castanheira Nunes, em *Duas palavras a respeito da Orthographia Actual e Projecto de Reforma* (1879, p. 5, *apud* Gonçalves, 2003, p. 325). Aí Urcullu é referido como estando entre os nomes de “outros reformadores em sentido mais ou menos fonético”, evocados por Nunes. A autora alude, ainda, a uma referência anterior a Urcullu, por J. A. de Sousa, articulista de *O Instituto (Jornal Scientifico e Litterario)*, onde este se refere a Urcullu como sendo um “neógrafo” e “praticante de um sistema reformado” (Sousa, 1853, vol. I, p. 385, *apud* Gonçalves, 2003, p. 325, n. 92). Por limitações práticas do *corpus* do trabalho de Gonçalves, o conteúdo da proposta de Urcullu não é, contudo, desenvolvido pela investigadora, nem são referidos os textos que, no *Tratado*, suportam a proposta em análise.

Afigura-se ainda bastante significativo que, um século depois, o historiador Artur Basto se debruce sobre o contributo ortográfico de Urcullu pronunciando-se favoravelmente sobre este, salientando o inusitado da sua inclusão entre um tratado de outras áreas científicas, sublinhando o mérito da autoria de tal proposta por falante de outra língua materna, expressando concordância com as suas motivações e a pretensão de serem assumidas institucional e coletivamente, e pondo em destaque a avaliação, por parte de Urcullu, dos autores de referência. Especialmente significativo é que Basto se expresse neste sentido 31 anos depois da reforma ortográfica de 1911, a qual avança numa orientação de sentido foneticista, situação que veio a ser aprofundada até hoje, no universo lusófono, como, aliás, já regista Basto: “caso curioso: quase todas as reformas que D. José de Urcullu propunha são hoje lei do país! Lei de Portugal e do Brasil!” (1952, p. 5).

#### **4. Conclusões**

Com este estudo procurou-se trazer luz sobre um contributo ortográfico que passou despercebido dentro de um tratado de uma área científica diferente: o trabalho de um autor basco que, no Porto, na primeira metade do século XIX, participa na reflexão ortográfica que marca a época, promovendo o debate institucional nessa cidade e avançando com uma proposta que preconiza a mudança de critério ortográfico que vem a prevalecer até aos dias de hoje (o fonético) e que antecede, em várias décadas, outras no mesmo sentido, como a de José Barbosa Leão (1818-1888), seja a título individual, seja no âmbito do *Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica* (Porto 1877) que, como informam Kemmler (2001, p. 258) e Gonçalves (2003, pp. 250-251), o próprio Barbosa Leão veio a integrar como relator. Não obstante a sua menor repercussão, o contributo de Urcullu, pela sua originalidade e relevância no quadro das relações linguísticas ibéricas, merecia o reconhecimento que aqui se lhe procurou prestar, evidenciando o alinhamento teórico do autor basco e os referentes que o suportam, com destaque para as fontes espanholas.

Escapavam aos objetivos deste estudo, mas mereceriam atenção em outro lugar, os pontos de contacto e afastamento que se podem (ou não) estabelecer entre Urcullu e os modelos e antimodelos teóricos por si apontados.

Do mesmo modo, ficam por aferir as pontes com autores que, ainda que não sendo mencionados por Urcullu, se situam na mesma linha de orientação, como Couto e Melo (1818), entre os autores precedentes, ou, entre as propostas oitocentistas subsequentes, aquelas que tiveram maior relevância, como a de Barbosa Leão (1875), a da Comissão do Porto (1877), ou, ainda, aquelas que remetem explicitamente para o autor em estudo, como, por exemplo, a de Nunes (1879).

Também escapava aos limites impostos por este trabalho realizar um rastreamento exaustivo do impacto da proposta de Urcullu sobre outros autores, mas tal mereceria igualmente um estudo autónomo, seja para identificar os seus detratores, seja os seus apoiantes.

Por último, seria também pertinente procurar aferir, noutros estudos, pontos de contacto entre a proposta aqui contida e o que a respeito da norma ortográfica portuguesa se expõe nas obras gramaticais de José de Urcullu.

Com estas pistas, fica, assim, evidente que o trabalho de José de Urcullu encerra matéria que pode ajudar a melhor conhecer a teoria ortográfica oitocentista na Península Ibérica.

## Referências

- Alcalde, M.<sup>a</sup> J. M. (2010). *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Peter Lang
- Allen, J. A. (2018). João Allen: as raízes e a vida de um comerciante colecionista. In M.<sup>a</sup> J. Vasconcelos, R. Morais, & J. da Costa Reis (Coord.), *João Allen. Colecionar o mundo* (pp. 15-59). Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional Soares dos Reis/Blue Book.
- Basto, A. de M. (1952). As opiniões do espanhol D. José de Urcullu, a respeito da língua portuguesa (1 e 5). *O Primeiro de Janeiro*.
- Beechey, F. W. (1856). [Urcullu, Don José de]. *The Journal of the Royal Geographical Society*, 26, clxxxvi-clxxxvii.
- Brumme, J. (2006). Las lecciones de moral, virtud y urbanidad de José de Urcullu. In A. R. Pérez, R. Escavy Zamora, E. Hernández Sánchez, J. M. Hernández Terrés & M.<sup>a</sup> L. López Martínez (Eds.), *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (pp. 319-332). Universidad de Murcia.
- Cao Míguez, A. B. (2021). José de Urcullu, mediador cultural ibérico. *Revista de Estudos Literários, Estudos Ibéricos: Diálogos Plurais*, 11, 343-373.  
[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_11\\_13](https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_13).

- Duarte, S. (2008). *O contributo de Nicolau Peixoto para o ensino do Espanhol em Portugal: edição crítica da Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes* [Tese de Mestrado não publicada]. Universidade de Évora.
- Duarte, S. (2010). Aspectos da teoria verbal na *Grammatica Inglesa para uso dos Portuguezes* de José Urcullu (Porto 1848). In A. M. Brito (Org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. (pp. 147-158). Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras.
- Duarte, S. (2014). A teoria verbal nas duas edições portuenses da *Gramática Inglesa* de José Urcullu: pistas para uma abordagem contrastiva do Português e do Espanhol. In: S. Duarte, F. Outeirinho, & R. Ponce de León (Orgs.), *Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)* (pp. 69-80). APHELLE/CLUP.
- Duarte, S. (2017). *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramáticas y ortografías (siglos XVI-XIX)* (Publicação n.º 1443) [Tese de doutoramento, Universidad de León]. <http://hdl.handle.net/10612/6781>
- Duarte, S. (2018). Ressonâncias Peninsulares: D. José de Urcullu e o Museu Allen. In M.ª J. Vasconcelos, R. Morais, & J. da Costa Reis (Coord.), *João Allen. Colecionar o mundo* (pp. 128-131). Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional Soares dos Reis/Blue Book.
- Esparza Torres, M. A. (2012). BICRES IV (1801-1860): balance de un proyecto. In E. Battaner Moro, V. Calvo Fernández, & P. Peña Jiménez (Dir.), *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación* (Tomo I, pp. 79-100). Nodus Publikationen.
- Gaviño Rodríguez, V. (2017). De la necesidad, virtud. La figura gramatical de José de Urcullu en el exilio. In A. R. Ferrer & D. L. López (Coord.), *Las musas errantes: cultura literaria y exilio en la España de la primera mitad del siglo XIX* (pp. 121-141). Ediciones Trea.
- Gonçalves, M.ª F. (2003). *As Ideias Ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Herculano A. & Pinto A. A. da S. (Reds.). (1834-1835). *Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* (n.º 1 (15 out. 1834) - n.º 11 (15 mar. 1835)). Impr. de Alvares Ribeiro.
- Herculano A. & Pinto A. A. da S. (Reds.). (1835). *Repositorio Literario da Sociedade Literaria Portuense* (n.º 12 (1 abr. 1835) - n.º 24 (1 out. 1835)). Impr. de Alvares Ribeiro.
- Kemmler, R. (2001). Para uma história da ortografia portuguesa: o texto meta-ortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47-48, 128-319.
- Llorens, V. (2006[1954]). *Liberales y románticos* (4.ª ed). Castalia.
- Lombardero Caparrós, A. (2015). *The Historiography of English Language Teaching in Spain: A Corpus of Grammars and Dictionaries (1769-1900)*. [Tese de doutoramento, Universitat Rovira i Virgili]. <http://hdl.handle.net/10803/318808>.
- Martínez Alcalde, M.ª J. (2010). *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Peter Lang.
- Nunes, A. C. (1879). *Das palavras a respeito da orthographia actual e projecto de reforma*. Casa Portuguesa.
- RAE (1820). *Ortografía de la Lengua Castellana; compuesta por la Real Academia Española* (9.ª ed.). En la Imprenta Nacional.

- San Pedro, B. de. (1769). *Arte del romance castellano*. En la imprenta de Benito Monfort.
- Silva, I. F. da & Aranha, P. W. de B. (1858-1958, Vol. V). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Imprensa Nacional.
- Sousa, J. A. (1853). Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica. *O Instituto (Jornal Scientifico e Litterario)*, vol. I, 384-385.
- Urcullu, J. de (1825). *Gramática inglesa reducida a veinte y dos lecciones*. Ackerman.
- Urcullu, J. de. (1835, Tomo I). *Tratado elemental de geografia astronómica, fizica, histórica ou politica*. Imprensa de Alvares Ribeiro.
- Urcullu, J. de. (1840). *Grammatica inglesa reducida a veinte y cinco lecciones*. Tipografia Comercial Portuense.
- Urcullu, J. de. (1848). *Grammatica ingleza para uso dos portugueses*. Typ. Commercial.
- Villoria Prieto, J. (2008). Metodología y didáctica de la enseñanza de la pronunciación inglesa en España: José de Urcullu (1825). In R. Sánchez García (Coord.), *Lecciones azules. Lengua, literatura y didáctica: (estudios en honor a la profesora Mariluz Escribano Pueo)* (pp. 93-121). Visor.